

Memórias de Rio de Janeiro inundado em relatos de cronistas e literatos

ANDRÉA CASA NOVA MAIA*

A história do Rio de Janeiro se confunde com a história das suas enchentes. As inundações ocorridas devido aos fortes temporais de verão, desde muito provocam tragédias na urbe, com desabamento de casas, alagamento de ruas, destruição do comércio, problemas de transporte, doenças, falta de comida e outras mazelas que, muitas vezes, incluíam a morte de alguns cidadãos.

Estas verdadeiras catástrofes urbanas eram também, desde princípios do povoamento urbano, registradas em escritos de viajantes, desenhos e pinturas, bem como por obras literárias onde o olhar sensível dos artistas procurava representar, mas também expressar um sentimento, uma crítica e mesmo uma razão para o acontecimento quase anual e, no mais das vezes, catastrófico. Mais tarde os registros nos chegam já através da imprensa, ainda que naqueles tempos remotos não fosse realizado o registro preciso dos índices pluviométricos e não se tenha uma medição precisa de quanto chovia em quanto tempo. Registro que só foi possível séculos mais tarde. Para a cidade do Rio de Janeiro só disporíamos de marcações deste tipo a partir de 1851.

Na época da fundação da cidade de São Sebastião, em 1575, o padre José de Anchieta ao escrever uma carta para outro religioso jesuíta, descreve a fúria e a grande intensidade com que a água das chuvas destruía a cidade: “...choveu tanto que se encheu e rebentaram as fontes...”(ANCHIETA apud CORRACY, 1965).

De acordo com Helder Costa (COSTA, 2001, p. 79), a primeira inundação gerada por uma enchente histórica que se tem notícia ocorreu no século XVI. Talvez seja a mesma relatada pelo Padre Anchieta, mas não encontramos outro registro escrito que pudéssemos estabelecer com precisão tratar-se da mesma enchente. Todavia, posteriormente, já no século XVII, ela chega a ser descrita por alguns cronistas que falam sobre uma ressaca em data imprecisa, mas certamente numa época de maré alta e contam sobre uma chuva muito intensa de tal forma

* Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Doutora em História Social da Cultura pela UFF, Pesquisadora S nior da Funda o Casa de Rui Barbosa, FAPERJ, Cnpq.

2

que, vencido pelo mar, o canteiro da Rua Direita (atual Rua Primeiro de Março) e com alagamento das poças extensas, mas não profundas, de águas estagnadas e sujas da cidade, veio a atingir e transbordar as lagoas de Santo Antônio (Largo da Carioca), do Boqueirão (Passeio Público) e do Outeiro (Rua do Lavradio), interligando-as e transformando toda a área baixa da cidade numa grande laguna de águas escuras porque sujas e coloridas de lama. A massa de água alargou-se até atingir a chamada Prainha (Praça Mauá) e à Lagoa da Sentinela (Frei Caneca), de maneira que os morros então já habitados, do Castelo (Rua Graça Aranha e México), de São Bento (São Bento) e de Pedro Dias (Rua do Senado) se transformaram em verdadeiras ilhotas.

Outros registros de memória sobre as grandes inundações datam de 1711. No século XVIII destacam-se as enchentes de 21 para 22 de setembro de 1711, pois tal inundação parece ter coincidido com a chegada dos franceses ao Rio de Janeiro.

A invasão foi liderada por Duguay-Trouin e os franceses, na noite de 21, após terem rendido a Ilha das Cobras, deram início ao famoso bombardeio da cidade sob intenso temporal que alagou o Rio de Janeiro. De certa forma, a chuva e o alagamento da cidade facilitaram a vitória dos franceses e o sucesso da invasão, pelo que sugerem alguns historiadores, como CAVALCANTI (2004). Todavia, novas pesquisas afirmam que mesmo com a ocorrência de algum tipo de fenômeno meteorológico, capaz de justificar uma baixa visibilidade durante a invasão, como um nevoeiro ou chuva intensa, a invasão seria inevitável, considerando a deficiência do sistema de defesa e o grande poder ofensivo da esquadra francesa. Mesmo assim, as crônicas mais antigas sugerem que os tiros de canhão confundiam-se com o som dos trovões e relâmpagos da tempestade que alagou a cidade. José Vieira Fazenda, por exemplo, faz referência às chuvas de 1711, que “por muito tempo perdurou na tradição carioca”, descrevendo o que se tem notícia sobre a sinistra noite de 21 para 22 de setembro de 1711:

“Forçada a barra do Rio de Janeiro e apoderando-se da ilha das Cobras, iniciou o célebre marítimo o bombardeio da cidade. “Noite espantosa, noite terrível (diz testemunha ocular)! O seu silêncio repentinamente se perturba pelas descargas de toda a artilharia. Ao mesmo tempo se cobre o céu com horrorosa tempestade. O fogo dos relâmpagos se confunde com o fuzilar dos canhões e o ribombar destes junto aos formidáveis estrondos dos troves repercutindo pelos ecos das montanhas davam os míseros habitantes a sinistra ideia do fim do mundo”. “Estes (acrescenta insuspeito contemporâneo), se foram metendo por esses caminhos e matas, onde si se

3

houveram de individuar os desarranjos, fomes, mortes de crianças, desamparo de mulheres e toda a qualidade de misérias, fora um nunca acabar. Mulher houve que se achou morta abraçada com uma criança de peito, e outra assentada junto dela, a qual perguntando-se, o que fazia ali? Respondeu: estava esperando que sua mãe e irmã acordassem. Ajuntando-se a mais terrível noite de chuva e escuridão, que pôs os caminhos de sorte que em algumas pontes se passava com água pelos peitos, e pareciam os passageiros o espetáculo de um naufrágio”. (FAZENDA, 1920, p.27)

Também existem notícias de que uma grande chuva, precedida por ventos fortíssimos, atingiu o Rio de Janeiro no ano de 1756, a partir das 13 horas do dia quatro de abril. Totalizando três dias de fortes chuvas, os registros indicam que as tempestades provocaram inundações em toda cidade e desabamentos de casas, deixando muitas pessoas desabrigadas e alguns mortos. Um registro de Balthazar da Silva Lisboa narra que o terror se apoderou dos habitantes, fazendo com que os cidadãos buscassem abrigo nas igrejas. De acordo com o cronista, as águas subiram de tal maneira que inundaram a Rua do Ouvidor (Miguel Couto) e entraram pelas portas das casas. Formou-se um rio que ia da região entre o Valongo (Praça Mauá) até a Igreja do Rosário (Rosário, esquina da Avenida Rio Branco), pois toda a área ficou totalmente cheia de água:

"As trovoadas ocasionavam na Cidade grandes inundações. Em 4 de abril de 1756, depois de uma hora da tarde, choveu tão grossa e copiosa chuva, precedida de veementes concussões do ar, e espantosos furacões, por três dias sem interrupção, que o temor e o susto se apoderou de tal sorte do ânimo dos habitantes, que desde a primeira noite muita gente desamparou as casas, as quais caíram, fugindo sem tino para as Igrejas: desde então as águas cresceram por tal maneira que inundaram a rua dos Ourives, e entraram pelas casas dentro, por não caberem pela vala. No dia 5 do dito mês, saindo o Santíssimo da Sé, o Sacerdote que levava o Senhor, foi descalço, e bem assim os irmãos da irmandade do Santíssimo, todo o Campo parecia num Lagamar; vadeavam-se as ruas de canoas, e no dia 6 uma navegou desde o Valongo até a Sé (que estava na Igreja do Rosário dos pretos) com 7 pessoas." (LISBOA, 1840).

É preciso lembrar, antes de mais nada, que o lugar escolhido para a construção da cidade teve que ser “dominado” pelo homem através de drenagens e aterros, durante mais de 300 anos, até o século XIX. Conforme assinala BRANDÃO (1997):

“A posição estratégica do Rio de Janeiro, na entrada da Baía de Guanabara, foi fundamental na decisão portuguesa de fundar a cidade e de aqui manter o seu posto avançado de controle colonial. Mas o sítio sempre foi problemático pela quebra abrupta de gradiente entre a encosta e a baixada situada ao nível do mar, e pela grande quantidade de brejos, pântanos e lagoas.”

A população do Rio de Janeiro irá ocupar partes do território com aterros provisórios e feitos sem muita tecnologia, a princípio e por isso, mal nivelados. A cidade é construída sobre antigos pântanos, córregos, lagoas, manguezais. E não deveríamos nos espantar ao constatar que é justamente nessas áreas que são maiores os danos causados pelas inundações.

É sabido que a cidade começa a se expandir pela várzea, numa área circundada por quatro morros: o morro do Castelo e os morros de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição.

Acerca dos pântanos e mangues sobre os quais foi sendo levantada a cidade, aterrados primeiro, para a passagem dos caminhos e, depois, para a implantação de edificações, aponta BACKHEUSER, que: “... dessecando-os por drenagem; coloca-se, simplesmente, como ainda hoje se faz, o aterro por cima.”

De acordo com o autor, no século XVII já se reconhecia a necessidade de se disciplinar a distribuição das edificações até então feitas a esmo e tornou-se uma primeira medida contra o alinhamento irregular que até então era feito, ordenando que as testadas das casas fossem pavimentadas numa largura de cinco palmos, aproximadamente 1,10m pelos próprios moradores, para diminuir os efeitos do embate sobre o leito das ruas, das águas da chuva escorrendo dos beirais dos telhados.

Da mesma época é a abertura de valas para águas usadas e dejetos diversos. As valas, deste modo, foram a primeira rede de esgotos sanitários a céu aberto que o Rio de Janeiro conheceu. Esse sistema de drenagem era problemático, pois as valas, quase ao nível do mar, tinham pouca caída, pouco declive, o que comprometia sua função de drenagem. Além disso, quando da ocupação do território contra o mar há que se assinalar os múltiplos acréscimos de terrenos ocorridos no entorno da Baía de Guanabara em toda a orla da cidade, e que iriam acrescentar mais uma dificuldade ao escoamento das águas pluviais. Sem falar nas lagoas da cidade que foram sendo aterradas sem qualquer planejamento. Neste século há registros de

5

fortes tempestades que caíram sobre o Rio de Janeiro nos anos 1756 a 1779, com enchentes e deslizamentos.

No século XIX aconteceram várias enchentes no Rio de Janeiro. A principal delas foi a de 10 a 17 de fevereiro de 1811, conhecida como "Águas do Monte", pela destruição no Morro do Castelo, quando desabaram várias casas, muralhas e barracos, deixando sobre as ruínas inúmeras vítimas.

D. João VI, tendo chegado de Portugal poucos anos antes, exigiu um inquérito sobre a enchente e, mais que a vontade de Deus, as causas encontradas eram "a falta de conservação das valas e drenos pelos entulhos e lixos e demais imundícies lançados nelas" (Rora & Lacerda, 1997, p. 43).

As chuvas torrenciais parecem ter mesmo feito desabar parte da muralha da Fortaleza de São Sebastião sobre os quintais do beco do Cotovelo, matando e ferindo. As famosas "Águas do Monte" até quadrinha cantada inspiraram! De acordo com Carlos Kessel (KESSEL, 2008, pp.35-36), o estribilho da cantiga - que começa pelo "Vem cá, Bitu, vem cá..." - referia-se a um pobre coitado que fora apanhado pelo desabamento quando bebia num dos botequins da rua do Cotovelo, logo abaixo do Castelo de São Sebastião:

Que é do teu camarada

A água do monte levou.

Não foi água, não foi nada,

Foi cachaça que o matou.

Fala-se em muitas vítimas e enormes prejuízos materiais, mas os números são desconhecidos. Tal foi a magnitude deste temporal que o príncipe regente ordenou que as igrejas ficassem abertas para acolher os desabrigados e encomendou estudos sobre as causas da catástrofe.

As "Águas do Monte" também ficaram registradas em crônica sofisticada do Dr. José Vieira Fazenda, antigo bibliotecário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IGHB) que escreve "Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro", no caso desta narrativa, datada de fevereiro de 1903, nos explicando com riqueza de detalhes como ocorrera a tragédia:

6

Mas tudo foi nada, comparado às célebres águas do monte (10 a 17 de fevereiro de 1811). Depois da tremenda trovoadas choveu incessantemente durante sete dias. Os rios das redondezas da cidade, avolumando por maneira nunca vista o contingente das águas, inundaram completamente os arrabaldes. A enchente levou diante de si todas as pontes de madeira, inclusive a da Bica dos Marinheiros, por onde transitava o príncipe regente, e inutilizou o chamado caminho das lanternas, na direção da atual rua Senador Euzébio. O que seria então o célebre Mangue de S. Diogo, é fácil de imaginar pelo que ainda hoje observamos no ano da graça de 1903. As ruas da cidade velha transformaram-se em verdadeiros rios caudalosos navegados por muitas canoas de pescadores. O chefe do Governo ficou isolado na chamada Quinta da Boa Vista, antiga propriedade de Elias Antonio Lopes. Foram sem conta os desabamentos de casas antigas e casebres, máxime da rua da Valla para o Campo. Esta teve os lagedos, que a cobriam, completamente deslocados, procurando as águas sair pelas suas que vão ao mar. Desabou grande parte da barreira chamada do Povo (Morro de Santo Antônio). As igrejas e capelas estiveram sempre abertas, acesos os altares, e os sacerdotes entoavam preces para a cessação de tão tremenda calamidade. O povo corria para ali apavorado, pedindo a proteção divina.

Interessante perceber aqui a recorrente ajuda da Igreja Católica, que abrigava a população nestes momentos de crise. Solidariedade esta que permaneceu frequente em todos os dilúvios que a cidade recebeu ao longo de três séculos. Também o memorialista anota que na época não foi possível precisar o número de vítimas, mas sabe-se que vários cidadãos foram arrastados pelas águas e morreram sem conseguir se agarrar, perdendo-se nas correntezas formadas pela força da enxurrada ou mortos por soterramento, ficando presos nos escombros e nas ruínas dos morros que desabaram:

Na rua d'Ajuda, refere Meneses, o velho cirurgião do Exército, as águas barrentas do Castelo jorravam pelas janelas dos primeiros andares. Crer-se-ia a reprodução do dilúvio universal, si no Velho Testamento não estivesse exarada a solene promessa de Deus, feita a Noé, de que jamais destruiria o mundo por meio d'água. Por falta de dados especiais não podemos hoje calcular o número de vítimas. Houve-as e em grande número. A aba do morro do Castelo, que olha para a ilha das Cobras, derrocou-se em grande parte, causando a total destruição de quase todas as casas do antigo beco do Cotovelo. Nas ruínas ficaram sepultados vários indivíduos, inclusive o célebre Bitu, como já mostramos em anteriores apontamentos.

Pelo que indica a composição musical e a citação acima, Bitu foi um personagem de destaque para a história do Morro do Castelo, conhecido por todos e que morreu soterrado pelas "águas

7

do Monte”, como tantos outros, o que podemos inferir a partir da bela narrativa memorialística que continua, contando que:

Muito sofreram nessa ocasião os terrenos junto à fortaleza do Castelo, os quais, em 30 de junho de 1808, o capitão Pedro Cypriano de Abreu Lima comprara ao padre Joaquim José Saldanha, dividindo, por um lado com a ladeira do Colégio e pelo outro com a rua d’Ajuda, com os herdeiros do capitão-mor Anacleto Elias da Fonseca. Nessa chácara, conhecida pelo nome de seu último proprietário, dr. Salles Rosa e, antes de Antonio Fernandes Coelho, estabeleceu o Dr. Bento Mure uma casa de saúde para tratamento das pessoas que se quisessem medicar pela homeopatia.

Importante perceber aí as providências tomadas pelo então príncipe regente e o apoio do intendente geral da Polícia:

Passada a tremenda crise, e receoso o príncipe regente de algum desabamento, mandou arrasar parte da muralha do antigo forte de S. Sebastião.

Em todas essas terríveis emergências, contou sempre d. João com o zelo e atividade do infatigável Paulo Fernandes Viana, intendente geral da Policia.

Questão digna de nota também neste relato diz respeito ao projeto, já existente desde essa época, de destruição do Morro do Castelo. Na narrativa somente contrário é Varnhagen e sua justificativa é um sinal da sensibilidade ecológica de vanguarda, pois sua sugestão é que se plantem árvores nas encostas ao invés da construção de muros. Percebam que interessante a perspectiva do historiador, bem a frente de seu tempo sugerindo o replantio:

Data desse tempo o projeto do arrasamento do morro do Castelo, ideia que, patrocinada pelo bispo Azeredo Coutinho, tem sido até nossos dias verdadeira utopia. Sobre a utilidade higiênica estão todos de acordo. Somente o eminente historiador Varnhagen se alistou na oposição. “A demolição (diz o visconde de Porto Seguro) seria obra gigantesca, dispendiosa e que, longe de utilizar, como ainda hoje se crê, iria quanto a nós fazer a cidade mais monótona e menos fresca do que si em suas encostas se plantassem arvores, destinando-as para passeio público da cidade, - local mil vezes preferível a esse outro sombrio e abafado, bem que junto ao mar, com que tanto se tem gasto e ao qual melhor fora derrubar os muros que o cercam, reduzindo-o a uma simples alameda (só de árvores e sem jardins), transitável às carruagens e gente a cavalo, sobretudo si pelo lado do mar e da igreja da Lapa se lhe abrisse passo a calçada, que dominando a praia vai à Glória.” O conselho não pegou, nem cremos pegará. Contra isso protestariam os manes de Luiz Vasconcellos, do mestre Valentim, do Xavier dos Pássaros e do Xavier das Conchas, duas entidades distintas, que muita gente reúne em um só indivíduo! (17 de fevereiro de 1903).

8

Machado de Assis é outro escritor que descreve poeticamente as chuvas de 1811 em uma crônica d'A Semana, em 2 de fevereiro de 1896:

Pior que tudo, porém, se a tradição não mente, foram *as águas do monte*, assim chamadas por terem feito desabar parte do morro do Castelo. Sabes que essas águas caíram em 1811 e duraram sete dias deste mês de fevereiro. Parece que o nosso século, nascido com água, não quer morrer sem ela. Não menos parece que o morro do Castelo, cansado de esperar que o arrasem, segundo velhos planos, está resoluto a prosseguir e acabar a obra de 1811. Naquele ano chegaram a andar canoas pelas ruas; assim se comprou e vendeu, assim se fizeram visitas e salvamentos. Também é possível, como ainda viviam náiades, que assim as fossem buscar as fontes. Talvez até se pescassem amores.

A narrativa machadiana nos brinda com imagens ricas de uma cidade submersa onde os rios, já transformados em ruas, voltam a correr soltos onde passavam antes dos aterros e drenagens. Também o morro do Castelo é mais uma vez lembrado e os planos de sua destruição. O cronista transforma o século XIX no século das chuvas, mas também remonta ao dilúvio de 1756 quando também a cidade viu suas ruas transformarem-se em rios e suas praças em lagoas e os habitantes tiveram que usar canoas para se locomoverem no centro da cidade. Além disso, sua narrativa chama atenção para a fé da população, que se refugia nas igrejas, no pé dos altares, rezando pelo fim das tempestades. Como se a natureza só pudesse ser contida por Deus e pelos santos:

Se remontares ainda uns sessenta anos, terás o dilúvio de 1756, que uniu a cidade ao mar e durou três longos dias de vinte e quatro horas. Mais que em 1811, as canoas serviram aos habitantes, e o perigo ensinou a estes a navegação. Uma das canoas trouxe da rua da Saúde (antiga Valongo) até a igreja do Rosário não menos de sete pessoas. Naturalmente não vieram a passeio, mas à reza, como toda a gente, que era então pouca e devota. Caíram casas dessa vez; a população refugiou-se ao pé dos altares. Afinal, como a cidade não tinha ainda contados os seus dias, fecharam-se as cataratas do céu; as águas baixaram e os pés voltaram a pisar este nosso chão amado.

Remontando ainda, poderíamos achar outros dilúvios pela aurora colonial e pela noite dos tamoios; mas, isto de chuva continuada não sei se é mais aborrecido vê-la cair que ouvi-la contar. Shakespeare põe este trocadilho na boca de Laertes, quando sabe que a irmã morreu afogada no rio: “Já tens água de mais, pobre Ofélia; saberei reter as minhas lágrimas.” Retenhamos a tinta. (...) Dar-se-á, porém, se estamos no começo de outro

dilúvio universal, que não haja agora exceção de família nem se salve a memória dos nossos pecados?

Outras enchentes históricas ocorreram no Rio de Janeiro do século XIX em 1833, 1862 e 1864. Esta última, por ser originária de uma chuva de granizo que destelhou toda a Cidade, ficou conhecida como "Chuva de Pedra". Mais uma vez é Machado de Assis que conta como a paisagem urbana carioca sofreu com estas enchentes e outras mais ao longo de todo século XIX, até 1889, que tornaram-se, nas palavras do cronista d'A Semana, verdadeiros "dilúvios":

Avocat, oh! passons au déluge! Antes que me digas isso, começo por ele. Não esperes ouvir de mim senão que foi e vai querendo ser o maior de todos os dilúvios. Sei que o espetáculo do presente tira a memória do passado, e mais dói uma alfinetada agora que um calo há um ano. Mas, em verdade, a água, depois de ter sido enorme, tornou-se constante, geral e aborrecida. Mais depressa que as demandas, a chuva deitou abaixo muitas casas que estavam condenadas a isso pela engenharia; mas as demandas tinham por fim justamente demonstrar que as casas não podiam cair sem dilúvio, e a prova é que este as derruiu. Se deixou em pé as que não estavam condenadas (nem todas), não foi culpa minha nem tua, nem talvez dele, mas da construção. Ruas fizeram-se lagoas, como sabes, e o trânsito ficou interrompido em muitas delas; mas isto não é propriamente noticiário que haja de dizer e repetir o que leste nas folhas da semana, — não somente daqui, mas de outras cidades e vilas interiores.

Interessante perceber como no século XIX havia uma ideia de que a chuva tinha um efeito de limpeza da cidade e não era vista somente de maneira negativa e já amedrontadora, por perigo de doenças que vinham com as enchentes e também pelo medo da morte pelos desabamentos constantes das casas e mesmo pela possibilidade de afogamento na hora em que se formavam as "corredeiras" nos morros ou o mar não encontrava resistência nas encostas e entrava pela cidade, buscando recuperar com fúria o que antes era seu. Segundo BRANDÃO (1997), até o século XIX, alguns efeitos das chuvas eram considerados benéficos. Os médicos daquela época pensavam que os grandes temporais melhoravam a qualidade do ar. A cidade só era varrida e lavada pelas chuvas:

Tratando da nossa boa capital, acho que devemos atribuir o dilúvio, esta vez, antes ao amor que a cólera do céu. O céu também é sanitário. Uma grande lavagem pode mais que muitas discussões terapêuticas. Com a chuva que se seguiu ao dilúvio, vimos diminuir os casos da epidemia, enquanto que os simples debates nos jornais não salvaram ninguém da morte.

Machado destaca as fortes chuvas de 1864 e descreve sua experiência naquela enchente, demonstrando como sofriam os cariocas quando a cidade transformava-se em uma Veneza tropical. Aqui, o escritor compara a multidão que descera pelas ruas no dia do “dilúvio bancário” às águas das enchentes, referindo-se a mais uma crise bancária e cambial ocorrida no centro financeiro devido à política econômica emissionista que desde o final do Império fora adotada e que provocou, como as chuvas provocavam, a destruição das casas - na metáfora, casas bancárias. Tratava-se de um dos dilúvios que provavelmente precederam o grande dilúvio do Encilhamento. Machado de Assis compara, como os poetas, a multidão às águas, relatando o que se passou numa sala da redação de um jornal em que trabalhava na ocasião:

Podia citar dilúvios anteriores, — os dois, pelo menos, que tivemos nos últimos quinze anos, ambos os quais (se me não engano) mataram gente com as suas simples águas. Águas passadas. O primeiro desses durou uma noite quase inteira; o segundo começou a uma ou duas horas da tarde e acabou às sete. Era domingo, e creio que de Páscoa. Mas um e outro tiveram um predecessor medonho o de 1864, que antecedeu ou sucedeu, um mês certo, ao dilúvio da praça. O da praça arrastou consigo todas as casas bancárias, ficando só os prédios e os credores. Não perdi nada com um nem outro. Pude, sim, verificar como os poetas acertam quando comparam a multidão às águas. Vi muitas vezes as ruas perpendiculares ao mar cheias de água que desciam correndo. Uma dessas vezes foi justamente a do dilúvio de 1864; a sala da redação de um jornal, ora morto, estava alagada; desci pela escada, que era uma cachoeira, cheguei as portas de saída, todas fechadas, exceto a metade de uma, onde o guarda-livros, com o olho na rua, espreitava a ocasião de sair logo que as paredes da casa arreassem. Pois as águas que desciam por essas e outras ruas não eram mais nem menos que as multidões de gente que descera por elas no dia do dilúvio bancário.

A grande questão urbano-ambiental na cidade do Rio de Janeiro até o século XIX era a água, pois de um lado havia a falta, de outro, o excesso. A falta de água para consumo afligia a cidade. Enquanto o excesso a atormentava na época das chuvas torrenciais.

Após a inundação de 1811, o Engenheiro Físico Dr. Manuel Vieira estudou o problema das inundações e apresentou relatório sobre o regime das águas da cidade e

11

melhoramentos necessários ao seu escoamento e sobre obras públicas julgadas úteis. Outras sugestões e planos para o escoamento das águas pluviais foram apresentadas ao longo dos oitocentos, conforme nos aponta ALCÂNTARA (1951):

“O plano do Marechal Soares de Andréia foi apresentado em 1842, com detalhes técnicos acrescentado em 1854. Favorável à supressão das valas, pretendia-se fixar o grade a ser conferido às ruas da cidade de modo a facilitar o escoamento superficial.”

O autor também nos explica que foram propostos mais dois planos ainda na década de cinquenta do século XIX:

O segundo plano foi proposto em 1855, pelo Dr. Manuel Galvão, Diretor de Obras Municipais da Corte. A solução proposta consistia em aproximar o mar do Campo de Sant’Ana. Através de um rasgo, tornando desnecessário o alteamento do Campo e evitando modificações profundas nos níveis da cidade. O terceiro plano, finalmente, era o dos partidários do “tout à l’égout”, ou seja, da transmissão de todos os despejos passíveis de serem arrastados por via hidráulica através dos coletores existentes de águas pluviais, sistema esse que se contrapunha ao de separador absoluto, que viria a ser posteriormente preferido.

Os planos provavelmente teriam sido produzidos na tentativa de minimizar as inundações que continuaram por toda a segunda metade daquele século, atingindo pobres e ricos, como pode ainda ser constatado a partir das memórias do bibliotecário do IHGB:

“Contam os antigos: em certa quarta-feira de cinzas caiu tão repentina trovoadas acompanhada de chuva torrencial, que pôs em debandada a procissão, que saíra da Ordem da Penitência. Alguns andores foram conduzidos para a Cruz e Candelária, ficando o Santo Lenho no oratório de dona Joana Maria, na sua dos Pescadores. Tornaram-se tradicionais as chuvas que caíram nos primeiros tempos do governo de Luiz de Vasconcellos, chegando a arrombar os encanamentos do aqueduto da Carioca. As da célebre noite do enterro do príncipe d. Pedro Carlos, genro de d. João, também ficaram memoráveis. As tropas marcharam de S. Cristóvão até ao Convento de Santo Antônio com água acima dos joelhos, e o fardamento delas, de propósito feito para tal cerimônia, ficou completamente estragado! As trovoadas, por ocasião da aclamação de D. Pedro I, bem como o medonho aguaceiro da tarde de 30 de Marco de 1862, logo após a inauguração da estátua equestre do 1º imperador, também merecem ser lembrados. São de nossos dias os desmoronamentos do morro do Castelo, em 6 de janeiro de 1860, em que desapareceram as varandas construídas pelo coronel Gabiso, junto ao Jardim da antiga fortaleza. São de recente data as enxurradas de 1896, que causaram o desmoronamento de várias casas da antiga ladeira do Carmo e a ruína total da grande chaminé de

12

uma serraria da rua da Misericórdia, bem como a da célebre noite de 11 de maio de 1897, em que teve lugar o baile dado no Itamaraty, em honra aos chilenos. Nunca se me apagará da memória o espetáculo de ver muitos convidados de casaca e claque, molhados como pintos, calças arregaçadas, levando à mão as botinas e sapatos rasos! (FAZENDA, 1920, p. 29-30.)

A segunda metade do século XIX foi uma época muito importante na história da relação do espaço urbano com os temporais, porque, de um lado temos um processo de imensa expansão da malha urbana e, de outro, um intenso e gigantesco processo de migração para a cidade, que levou ao crescimento acelerado da população urbana. Tal crescimento coincidiu, como é sabido, com as grandes epidemias de cólera e febre amarela. E é justamente em função da necessidade de atacar as doenças, e não as inundações, que vão surgir grandes obras: aterros, nivelamento do solo para evitar poças, regulação do abastecimento de água, além de outras ações.

Os registros de memória das chuvas se tornam mais frequentes ao longo dos séculos XIX e XX. Não há razão para crer que esta maior frequência de registros reflita uma maior quantidade de chuvas – mas sem dúvida reflete uma maior frequência de enchentes. Cabe aqui distinguir entre chuvas e enchentes: se as chuvas são parte do ciclo natural de águas, com maior ou menor precipitação, maior ou menor intensidade, as enchentes dizem respeito ao escoamento destas chuvas. A chuva no alto da Serra do Mar faz com que rios caudalosos desçam a serra, chegando carregados na planície da bacia da Baía de Guanabara. Ali, o traçado dos rios se expande, com meandros e curvas que aumentam a superfície de contato com as margens e vegetação. A terra se encharca, absorve o excesso de água. O que não é absorvido, escoar para os manguezais, um ecossistema que não só se beneficia como necessita da variação de marés e de níveis de água.

Mas o que acontece quando os rios estão contidos em canais de concreto, e há pouco contato com a terra? Quando o chão em que cai a chuva é asfaltado e a vegetação natural substituída por casas e construções? Quando os morros perdem sua cobertura verde e a terra fica exposta à erosão das chuvas? A capacidade de absorção fica sensivelmente comprometida; a água se acumula em canais e valas, tomando violentamente ruas e casas. As ondas altas das marés não mais se dissipam nos mangues e pântanos, mas se chocam furiosamente com barreiras de concreto e avenidas à beira-mar. Morros se tornam ilhas, ruas se tornam rios, casas se tornam vulneráveis, surge o medo (pouco provável) de epidemias e o medo (bastante realista) de desabamentos e perda

13

de vidas e propriedades. Em outras palavras, se a chuva, por intensa que seja, é parte da natureza, a enchente é um problema social.

A urbanização do Rio de Janeiro, portanto, levou ao aumento, e não à diminuição, das enchentes históricas ao longo do século XX. Isto acontece, como mencionado acima, pelo próprio planejamento urbano que canalizava rios, construía em áreas alagadas e aterrava extensas áreas da Baía de Guanabara. Este controle do espaço urbano “de cima para baixo” não é, claramente, monopólio dos engenheiros e políticos cariocas. Mas no caso do Rio de Janeiro, a expansão histórica da cidade - primeiro morro abaixo, depois baía adentro e finalmente morro acima – criou espaços desiguais em termos de vulnerabilidade às águas, as chamadas áreas de risco, nas quais certos grupos da população (mais pobres, menos assistidos pelo Estado) estão também mais vulneráveis que outros às enchentes. No fim do século XIX e no início do século XX, literatos também se sensibilizaram para o problema e narraram a catástrofe quase anual.

“A chuva torrencial se despenhou do céu, afugentando os últimos calores, lavando a cidade, - e além desse grande serviço higiênico, dando-nos o regalo de um espetáculo raro: as ruas transformadas em rios, as praças mudadas em lagoas, os bondes metamorfoseados em gôndolas, - e homens e cachorros nadando, como peixes, pela vasta extensão das águas derramadas”. (Olavo Bilac, Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1904, p.1.8 col.)

Os jornais noticiavam o descompasso entre a pretensa modernidade, com as obras de abertura de largas avenidas e a destruição provocada pelas inundações. Na coluna “Notas de um vadio”, assinada pelo articulista Braz Silva, registra-se uma das mais precisas ironias acerca daquela que seria a mais evocada, fotografada e comentada avenida do Bota-abaixo do Prefeito Pereira Passos:

“Ninguém imagina o desejo que eu tenho de ver pronta a Avenida Central. Ainda ontem, estive imaginando o que será aquilo para nós, pobres infelizes a quem a sorte só tem feito caretas. Não é que esteja pensando em palacetes de fachadas premiadas, nem na largura da rua, toda calçada de paralelepípedos feitos especialmente para esse fim, por um processo novo que, com certeza, há de aparecer. No que eu penso, verdadeiramente, é nas noites de enchente: como vai ser bonito aquele rio caudaloso, com grandes árvores em vários pontos, recebendo água de diversos afluentes. Será o Amazonas do Rio de Janeiro? (Correio da manhã, Rio de Janeiro: 9 de abril de 1904).

De Braz Silva a Lima Barreto, todos tinham sua opinião para as frequentes inundações ocorridas no Rio de Janeiro:

“As chuvaradas de verão, quase todos os anos, causam no nosso Rio de Janeiro, inundações desastrosas. De há muito que a nossa engenharia municipal se devia ter compenetrado do dever de evitar tais acidentes urbanos. Uma arte tão ousada e quase tão perfeita, como é a engenharia, não deve julgar irresolvível tão simples problema. O Rio de Janeiro, da Avenida, dos squares, dos freios elétricos, não pode estar à mercê de chuvaradas, mais ou menos violentas, para viver a sua vida integral. Como está acontecendo atualmente, ele é função da chuva. Uma vergonha! Não sei nada de engenharia, mas, pelo que me dizem os entendidos, o problema não é tão difícil de resolver como parece fazerem constar os engenheiros municipais, procrastinando a solução da questão. O prefeito Passos, que tanto se interessou pelo embelezamento da cidade, descuroou completamente de solucionar esse defeito do nosso Rio. Infelizmente (...) nos preocupamos muito com os aspectos externos, com fachadas, e não com o que há de essencial nos problemas da nossa vida urbana, econômica, financeira e social. (LIMA BARRETO, Correio da Noite, 19/01/1915).

Lima Barreto estava certo. As reformas urbanas de Pereira Passos não tinham se preocupado com as consequências ambientais de tantos aterros, tantas novas avenidas e tantas novas construções que dificultavam ainda mais o escoamento da água das chuvas e sua chegada ao mar. Destruindo tantos manguezais e cobrindo-o de novas construções, o prefeito, o Ministro da Viação e o presidente Rodrigues Alves, tinham sim contribuído para a piora dos resultados das fortes chuvas tropicais. Mas as inundações pareciam preocupações secundárias nos rumos do urbanismo carioca naquele momento. E o próprio prefeito, em entrevista dada poucos anos depois, em plena enchente de 1911, confessava ter sido preocupação secundária resolver o problema das inundações na cidade.

E as imagens das inundações do Rio não cessam por aqui e continuam até o momento presente, já no século XXI. Imagens não muito diferentes das narradas por Marques Rebelo, em *O Trapicheiro* embora não tenhamos mais bonde e não possamos mais fumar em transportes públicos, o que talvez deixe o carioca ainda mais angustiado ao ficar preso por uma enchente:

"5 de março [1936}

O temporal que desabou à tarde, após um dia sufocante, reteve, a mim e a Garcia, três horas num bonde, e, quando os cigarros acabaram, foi angustioso.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

15

O Catumbi, o Estácio, o largo da Segunda-feira, tudo se reduzia a um lençol d'água suja, somente vencido pelas carroças de tração animal, de altas rodas, cuja marola ia se quebrar nos degraus das casas alarmadas."